

1. Introdução

Muito trabalhada e discutida pelos profissionais, docentes, pesquisadores e autores da área do Serviço Social, a área da saúde tem se apresentado como um dos leques de atuação profissional que chama a atenção para uma série de questões que suscitam debates sobre interdisciplinaridade, ética, instrumentalidade, trabalho em equipe, subalternidade, dentro outros, no âmbito da categoria.

Institucionalmente a área de saúde pública reserva ao profissional de Serviço Social um espaço amplo, complexo e contraditório de atuação onde juntos, profissionais de diversas formações teórica, prática e ética, desenvolvem práticas preventivas e curativas de cuidados em saúde visando o bem estar físico, psíquico e social do usuário desse serviço.

O desenvolvimento dessas práticas está direcionado e pautado por uma política de saúde que, no Brasil, rege a organização, implementação e funcionamento de unidades, programas e projetos de atenção a saúde pública em todos os níveis de complexidade.

A política de saúde acompanha o desenvolvimento histórico do país desde a década de 1930 e hoje se apresenta solidificada no Sistema Único de Saúde (SUS) que, desde a década de 1990, se constitui no marco inicial para a construção de uma estrutura de saúde pública reconhecida internacionalmente.

O Sistema Único de Saúde com princípios, objetivos e atribuições bem definidas pelas Leis 8.080 e 8.142 de 1990 colocam em prática as diretrizes definidas pelo artigo 198 da Constituição Federal Brasileira que define a saúde como um direito social de todo cidadão e amplia o conceito de saúde, condicionando-a a fatores determinantes da organização social e econômica do país. A partir daí o Sistema Único de Saúde torna-se uma grande rede de prevenção, promoção e proteção à saúde pública onde atuam de forma conjunta, diversos profissionais de saúde, dentre eles o assistente social.

O SUS passa a ser um foco de atuação profissional do assistente social em equipes multidisciplinares de saúde em grandes, médias e pequenas

unidades de saúde pública, que oferecem ao Serviço Social a possibilidade de atuação e desenvolvimento de programas e projetos que trabalham o acesso a direitos sociais pela população através da rede de saúde. Rede esta que ao mesmo tempo em que atende a uma demanda inicial de cuidados médicos curativos pode se tornar a porta de entrada para o acesso a outras políticas públicas de atendimento, proteção e assistência.

A atuação do profissional de Serviço Social na área de saúde passa a ser tema de inúmeras publicações na área que demonstram as possibilidades e os desafios que são postos diariamente a esse profissional que, mesmo com um escopo teórico, técnico e instrumental que pode ser aplicado para o desenvolvimento de práticas de saúde, passa a apresentar as dificuldades e as tensões que surgem dentro das equipes de saúde com relação ao desenvolvimento do trabalho do assistente social, bem como as incertezas e dificuldades de compreensão do papel profissional pelo próprio assistente social.

As experiências e relatos descritos através de algumas publicações que também serviram de referência bibliográfica para a construção deste estudo apresentam a correlação do Serviço Social com a saúde e da grande empregabilidade que esta área proporcionou e ainda tem proporcionado aos profissionais de Serviço Social.

Essa empregabilidade, por muitos anos, tornou a área de saúde um dos maiores campos de atuação profissional e, correlatamente, a política de saúde um dos focos de discussão, estudo e conhecimento por parte dos profissionais de Serviço Social. Observe-se que a saúde, no tripé da seguridade social (saúde, assistência e previdência), foi a primeira política social pública brasileira que apresentou legislação própria e que permitiu uma aproximação com os princípios e diretrizes que norteiam a formação e o código de ética profissional do assistente social. Tanto a Lei Orgânica da Saúde¹ como os princípios que regem o trabalho do assistente social, prezam pela igualdade, universalidade, justiça social e democracia.

Mesmo com bastante aproximação conceitual e ética e com um quadro tão favorável no que se refere ao número de assistentes sociais atuantes nas

¹ Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em 25 de julho de 2011.

unidades de saúde pública, algumas discussões demonstram certa estagnação do assistente social no que se refere ao seu processo de trabalho, sua participação como profissional técnico da área da saúde e seu condicionamento e subalternidade à figura central do médico. Figura esta que mesmo com tantos avanços e com toda a evolução da política de saúde no país, ainda hoje se revela como um dos pontos centrais para a organização e o funcionamento de muitas unidades de saúde pública.

Tomando em conta as questões pontudas, o objeto de estudo desta dissertação, o trabalho do assistente social na área da saúde, tem como proposta apresentar uma discussão crítica e construtiva sobre a prática cotidiana de assistentes sociais, profissionais de saúde de uma unidade de saúde pública de uma universidade situada na cidade do Rio de Janeiro. Os profissionais abordados para a elaboração da pesquisa realizam o mesmo trabalho, atendem a mesma população usuária, porém têm inserção diferenciada no espaço institucional: são concursados, contratados e residentes.

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi necessária a submissão e aprovação do projeto pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Hospital Universitário Pedro Ernesto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Após a aprovação do projeto deu-se início a pesquisa de campo que foi realizada através de entrevistas com assistentes sociais e análise de alguns projetos e programas desenvolvidos pelas equipes multidisciplinares que atuam dentro do Núcleo de Estudos de Saúde do Adolescente do Hospital Universitário Pedro Ernesto/UERJ.

Para a realização das entrevistas os profissionais receberam o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) que buscou apresentar aos assistentes sociais o objetivo do estudo, em linhas gerais, bem como apresentar a pesquisadora e a orientadora do trabalho, colocando-as à disposição para quaisquer esclarecimentos sobre o estudo.

Após a realização das entrevistas foi feito um retorno ao conteúdo teórico sobre a política de saúde no Brasil e, principalmente, sobre a intercessão do Serviço Social com a área de saúde, suas características principais e sua contribuição dentro desse espaço multidisciplinar. Com base nesse resgate teórico, foi possível analisar as falas dos profissionais e através delas buscar

uma correlação com os principais temas discutidos durante o desenvolvimento teórico.

Para o desenvolvimento deste estudo, busquei organizar a discussão tratando inicialmente de um breve histórico da política de saúde brasileira desde a década de 1930, passando pelo Movimento de Reforma Sanitária nos anos 1980, a formação do Sistema Único de Saúde no início dos anos 1990 e chegando aos anos da década de 1990 com os rebatimentos da política neoliberal para as políticas sociais, dentre elas a saúde. Além disso, meu olhar esteve atento ao cenário institucional e político que se apresenta aos profissionais de saúde na atualidade.

Em seguida busquei tratar da relação do Serviço Social com o espaço institucional da saúde, bem como da inserção do assistente social neste campo de atuação profissional, observando as possibilidades e desafios postos no cotidiano do trabalho dentro de uma unidade de saúde, bem como as perspectivas que permeiam a garantia de um direito social em um cenário político de desconstrução de direitos sociais, inclusive do próprio assistente social como trabalhador.

Por fim, apresento a unidade de saúde utilizada como campo de pesquisa e o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais que compõem a equipe multidisciplinar. Suas considerações sobre a definição de papéis e sobre a dinâmica de trabalho em equipe e, ainda, sobre a sua identificação como um profissional de saúde que trabalha sob a égide da promoção e garantia de direitos sociais.

Importa ressaltar, também, que este estudo nasceu da minha experiência vivida como assistente social residente em uma unidade de saúde pública de uma universidade no Rio de Janeiro, que além da assistência, desenvolve pesquisa e extensão. Foi nessa unidade que realizei a pesquisa de campo para desenvolvimento deste trabalho: o Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE), localizado no bairro de Vila Isabel, local privilegiado de produção de conhecimento, de crítica às práticas e políticas vigentes, de construção de alternativas e de formação de recursos humanos na área da saúde.

Aliada a esses aspectos, a minha inserção como mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio levou-me a explorar e amadurecer questões surgidas na experiência da residência no HUPE. Optei por

me vincular à linha de pesquisa Trabalho, Gênero e Políticas Sociais do referido Programa, no intuito de buscar aprofundar estudos já iniciados no curso de Especialização e que agora tomam uma proporção diferenciada mais ampla e diferenciada. Em especial porque estou retornando a um espaço onde anteriormente atuei como aluna e profissional e agora como pesquisadora e ainda com grande identificação com o trabalho desenvolvido e com as possibilidades que esse espaço, a meu ver tão privilegiado dentro da área de saúde, pode proporcionar ao profissional de Serviço Social.